



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA-PROEAD
CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

GEORGE ANTONIO MARQUES LINS

**POMBAL-PB
2014**

GEORGE ANTONIO MARQUES LINS

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
SOUSA-PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II - Gestão Governamental, semestre 2014.2.

Orientador: Prof.^a Dra. **JACQUELINE ECHEVERRÍA BARRANCOS**

**POMBAL-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L759g Lins, George Antonio Marques

A gestão democrática e a administração dos recursos nas escolas públicas da rede estadual de ensino no município de Sousa-Pb [manuscrito] : / George Antonio Marques Lins. - 2014. 22 p.: il. Color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública - EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

“Orientação: Profa. M.Sc. Telma Sueli de Oliveira Porto, Secretária de Educação à Distância”.

1. Gestão democrática. 2. Escolas públicas. 3. Recursos. 4. Administração. I. Título.

21. ed. CDD 371.207


GEORGE ANTONIO MARQUES LINS

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
SOUSA-PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II – Gestão Governamental, semestre 2014.2.

Aprovado em: 06/12/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. **Jacqueline Echeverria Barrancos** - UEPB
Orientadora



Prof. Dra. **Rita de Cássia S. Mascarenhas** - UEPB



Prof. Ma. **Fernanda Mirelle de Almeida Silva** - UEPB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, força maior responsável pela existência de todos nós aqui na terra.

À minha mãe *Maria do Socorro Marques Lins*, grande guerreira que sempre esteve presente e me apoiando nos bons e difíceis momentos da vida.

Ao meu pai *Geraldo Lins Silva (in memoriam)*, por ter me dado vida.

Aos meus irmãos, primos (as) e tias pelo incentivo constante.

À professora *Josefa Neumira de Abrantes Sarmiento*, maior incentivadora pelo retorno aos meus estudos.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa. A minha Orientadora e Coordenadora do Curso de Administração Pública, *Prof.^a Dr.^a*

Jacqueline Echeverría Barrancos, que prontamente atendeu meus e-mails, solicitações e acompanhou o processo de construção de meu TCC.

Aos tutores da UEPB: *Descartes, Joseilma e Simone*, pela força e apoio que me deram durante todo o curso.

Ao meu companheiro de todas as horas, amigo, irmão: *Mayko Bruno de Souza Oliveira*, que sempre me incentivou nos momentos mais difíceis do curso.

A minha Chefe e Amiga *Sandra Mara de Lima Silva Abrantes*, que me dispensou do expediente sempre que necessário para realizar meus estudos.

Ao Prefeito *Júlio Cesar Queiroga de Araújo*, por ter me confiado à missão de gerir o PAR – plano de Ações Articuladas do Município de Aparecida-PB.

Aos colegas: *Wanessa, Alene, Isaac e Roberiânia* pelo apoio constante e pelos momentos de amizade.

Aos diretores escolares da rede estadual de ensino de Sousa, por terem me recebido com a máxima atenção para realização da pesquisa.

Aos amigos e colegas de trabalho de Sousa, Aparecida-PB e demais regiões do Brasil que sempre torceram por mim.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	OBJETIVOS	11
2.1	OBJETIVO GERAL	11
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3	METODOLOGIA	12
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
5	ANÁLISE E DISCURSSÃO	18
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	22

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo das políticas democráticas e a gestão financeira dos recursos destinados às escolas públicas estaduais do município de Sousa-PB, desde o envio dos recursos, planejamento, execução e controle afim de que haja uma gestão eficiente para garantir educação de qualidade. O desenvolvimento da pesquisa se dá através de um referencial teórico e levantamento de quais programas que o Governo federal utiliza como ponte para envio dos recursos financeiros às instituições de ensino. Entre os resultados observados nota-se que o maior desafio em gerir esses recursos, é a forma pré-determinada pelo Governo Federal que não condiz com a realidade de cada unidade escolar. Conclui-se que apesar das dificuldades é possível gerir com responsabilidade e aplicar de forma correta todos os recursos percebidos nas unidades escolares, porém, não se pode deixar de frisar que os investimentos na educação básica ainda não são suficientes para colocar o Brasil numa posição privilegiada no ranking mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática, escolas públicas, recursos, administrar.

ABSTRACT

This one article presents a study of democratic politics and the financial management of resources for public schools in the municipality of Sousa-PB, since the sending of resources, planning, execution and control in order that there is an efficient management to ensure quality education. The development of research is through a theoretical framework and survey what programs the federal government uses as a bridge to sending the financial resources to educational institutions. Among the results observed is noted that the biggest challenge in managing these resources, is the predetermined shape by the federal government that does not match the reality of each school. We conclude that despite the difficulties can be managed responsibly and apply correctly all the features perceived at schools, however, we can not help but point out that investments in basic education are not enough to put Brazil in a privileged position in the world ranking.

KEYWORDS: Democratic administration, public schools, resources, administer.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da gestão democrática dos recursos públicos no Brasil, visto sob a perspectiva do processo administrativo, envolvendo o planejamento, a execução e o controle social dos recursos financeiros públicos escolares. O presente artigo tem como objetivo geral identificar os meios de gestão democrática e financeira nas unidades escolares da rede pública estadual do município de Sousa-PB.

A escola é instituição social criada pelos homens, tendo como objetivo a formação humana, a socialização dos saberes construídos historicamente e a construção de novos saberes. Para atingir os objetivos para os quais foi criada, a escola precisa, por meio dos atores nela envolvidos, planejar suas ações e estabelecer prioridades, para que possa desenvolver as ações planejadas e cumprir a finalidade para a qual foi criada.

Na escola pública brasileira, é grande o desafio de se obter uma educação de qualidade, muitas delas não têm espaço adequado, número efetivo de servidores suficiente e nem dispõe de os recursos para atender as necessidades para sua manutenção. Atualmente essa afirmação não condiz mais com a realidade brasileira.

De alguns anos para cá tem crescido no Brasil o movimento em busca de uma educação de qualidade. Criado pelo Governo Federal em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantida por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficiárias de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Os recursos são enviados pelo FNDE via transferência direta, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

Para que haja uma gestão democrática de qualidade nas unidades escolares, é necessária a união de esforços coletivos onde todo corpo discente e docente, como também, pais de alunos, e comunidade em torno da escola possam opinar de forma democrática, criando-se assim um consenso geral visando as melhores propostas para uma boa gestão escolar. Do ponto de vista administrativo a gestão dos recursos financeiros requer planejamento, execução e controle desses recursos afim de que haja uma gestão eficiente para garantir educação de qualidade.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os meios de gestão democrática e financeira nas unidades escolares da rede estadual no município de Sousa-PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever a eficiente administração no uso dos recursos financeiros;
- Identificar fontes dos recursos financeiros;
- Mostrar a importância da prestação de contas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem por finalidade realizar estudo identificando os meios de gestão democrática e financeira nas unidades escolares, descrevendo a eficiente administração no uso dos recursos financeiros; sua origem e importância da prestação de contas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois faz uso de palavras, linguagens, em forma de texto, para descrição, reflexão e interpretação do pesquisador na compreensão e análise dos resultados, descritiva, pois se utilizam de observação, registro e interpretação de fatos. A pesquisa é considerada de campo, pois foi realizado um levantamento junto as escolas publicas da rede estadual do município de Sousa-PB, utilizando-se um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas abordando aspectos relacionados as dificuldades encontradas quanto a gestão dos recursos destinados as escolas estaduais do município de Sousa, que realizada no mês de outubro de 2014. O questionário visa identificar os possíveis problemas pelas quais se torna difícil administrar uma escola pública que capta recursos com fins de melhorar a educação.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão democrática possibilita o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar, isso proporciona melhor conhecimento de objetivos e metas a serem atingidas nas escolas. Atualmente, o tema gestão escolar democrática é discutido, constantemente, pois procuram soluções para uma transformação no sistema atual de ensino, onde o principal assunto é a descentralização do poder, onde é possível realizar um trabalho com ampla participação de todos os segmentos da escola e da comunidade, para envolver a sociedade como um todo.

O sentido etimológico do termo gestão vem de “gêntio”, que por sua vez vem do “gerere” (trazer em, produzir). Gestão é o ato de administrar um bem fora-de-si (alheio), “mas também é algo que traz em si porque nele está contido. E o conteúdo deste é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia”. (CURY, 1997, p. 27).

Na busca pelas mudanças, a política educacional vem se transformando e formulando programas que se inserem em um contexto social bastante amplo que afetam não só a comunidade escolar como a população em geral em diversos aspectos, tais como: os processos de ensino-aprendizagem, o econômico, sobretudo os estímulos ao exercício da cidadania. Essas mudanças constituem um importante desafio da escola e do sistema educacional como um todo, visto que é preciso aperfeiçoar o processo educativo, imprimindo neste as garantias da qualidade, conforme se ressalta:

A reestruturação produtiva do capitalismo global e, como decorrência, a tendência internacional de mundialização do capital e da reestruturação da economia vem impondo mudanças no conceito de qualidade educativa com forte impacto na organização e na gestão das escolas. As reformas educacionais mundiais expressam essa tendência e identificam as escolas como espaço de mudança, tendo como referência conceitos de autonomia, gestão descentralizada e avaliação. (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI 2012, p. 33).

Em 21 de novembro de 1968, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, tendo como objetivo prestar assistência financeira e técnica, e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos. Tem

como principais desafios: a eficiência na arrecadação e gestão do salário-educação, na gestão dos programas finalísticos e nas compras governamentais, buscando permanentemente parcerias estratégicas e de fortalecimento institucional.

O Ministério da Educação, por meio das suas secretarias e do FNDE, tem desenvolvido um conjunto de programas, projetos e ações que visam não só a apoiar a oferta da educação, direito de todos e dever do Estado, mas também à melhoria da qualidade educacional, em regime de colaboração com as redes de ensino em âmbito estadual e municipal. Esses projetos e ações abrangem diversas áreas e aspectos que contribuem direta e indiretamente para a formação dos alunos e dos professores em todos os níveis e modalidades, e devem ser gerenciados direta ou indiretamente pela Secretaria de Educação ou pela escola, a partir de normas e procedimentos a serem seguidos. No segmento da gestão escolar, muitos programas foram implantados, objetivando contribuir para o processo de democratização da escola. No campo da gestão, três programas traduzem esse movimento ambíguo: O PDE, PDDE e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.

O FUNDESCOLA é um dos espaços de desenvolvimento de programas do Ministério da Educação, por meio de parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e tem por objetivo promover um conjunto de ações voltadas para as escolas do ensino fundamental e tem como meta a busca da eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público, ao focalizar o ensino-aprendizagem e as práticas de gestão das escolas e secretarias de educação. Na área de gestão, o PDE é um dos programas centrais do FUNDESCOLA, dada a sua abrangência e inserção nas três regiões.

(...) a proposta concebida no âmbito do FUNDESCOLA enfatiza a "gestão democrática" centrada numa concepção gerencialista e efficientista, como instrumento legal para organização do trabalho escolar. A autonomia escolar é garantida por um fundo repassado à escola, com vistas a estimular o quadro administrativo a tomar decisões que afetem materialmente a escola e a responsabilizar-se pelos resultados de suas decisões. (OLIVEIRA, FONSECA E TOSCHI 2004a, p. 29)

Nesse cenário, OLIVEIRA, FONSECA E TOSCHI (2004b, p. 40) afirmam que o PDE é entendido como o carro-chefe do FUNDESCOLA, uma vez que assinala uma

ênfase na "escola com foco no aluno". Com relação ao PDE, Freitas et al. (2004, p. 71) afirmam que este plano estrutura-se por meio de "uma nova cultura organizacional firmada sobre princípios de gestão estratégica e do controle da qualidade total, orientada pela e para a racionalização, a eficiência e a eficácia". Desse modo, ideologicamente, o PDE, desde a sua concepção, "busca criar o consenso em torno da ideia de que a melhoria da educação estaria na adoção dos parâmetros de mercado, com a aplicação de estratégias da empresa privada na gestão da escola pública".

O PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, consiste no repasse anual de recursos por meio do FNDE às escolas públicas do ensino fundamental estaduais, municipais e do Distrito Federal e às do ensino especial mantida por organizações não governamentais (ONGS), desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Um dos limites interpostos ao Programa refere-se à estruturação de unidades executoras nas unidades escolares, o que, em muitos casos, tem resultado na instituição de entes privados como gestores de recursos das escolas públicas, em detrimento de outros atores, como conselhos escolares, fortemente referendados por outro programa da SEB/MEC. As verbas e os recursos do PDDE são transferidos para as contas bancárias das escolas, sem necessidade de assinatura de convênios anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A Resolução FNDE/CD/nº. 043, de 11 de novembro de 2005, define no art. 4º, que as escolas públicas receberão os recursos financeiros do PDDE em parcela única, anual, da seguinte forma:

I – com até 50 (cinquenta) alunos, que não possuem Unidade Executora Própria (UEX), por intermédio da Entidade Executora (EEx);

II – acima de 50 (cinquenta) alunos, por intermédio da Unidade Executora Própria (UEX).

As escolas públicas com um número de alunos igual ou superior a 50 estudantes matriculados devem criar conselhos escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades equivalentes para que possam receber os benefícios advindos dos recursos do PDDE. Assim, apenas as escolas com até 50 alunos, sem unidades executoras próprias, podem receber indiretamente os recursos através das

prefeituras e ou secretarias de educação distrital ou estadual. Vale salientar que as normas do PDDE são definidas por resoluções anuais. Isso significa que podem mudar anualmente.

O Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares objetiva contribuir com a discussão sobre a importância de conselhos escolares nas instituições e visa, ainda, ao fortalecimento dos conselhos existentes. Os conselhos escolares configuram-se, historicamente, como espaços de participação de professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade nas unidades escolares. O Programa foi criado, portanto, pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, mediante a Portaria Ministerial n.º 2.896/2004. Visa à implantação e ao fortalecimento de conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica nas cinco regiões do país, envolvendo os sistemas de ensino públicos estaduais e municipais, por meio de sua adesão à sistemática de apoio técnico, pedagógico e financeiro do Ministério da Educação.

Para receber os recursos, a unidade escolar deverá estar com CNPJ registrado e Conselho Escolar em situação regular. Dependendo da modalidade de ensino, atualmente as escolas poderão receber recursos dos seguintes programas:

- Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/FNDE: Destinado às escolas do ensino fundamental, com repasse único anual. Os recursos podem ser utilizados para aquisição de bens e na manutenção das escolas;
- Programa Dinheiro Direto na Escola/PDE – PDDE/PDE/PME/FUNDESCOLA: Destinado às escolas de ensino fundamental, com plano de trabalho pré-elaborado. Os recursos deverão ser utilizados nas questões pedagógicas;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE: Destinado a atender os alunos das escolas de ensino fundamental, supletivamente, com alimentação escolar. Os repasses são feitos em parcelas;
- PDDE INTEGRAL, dentre outros.

Esses recursos são repassados em média uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. Todas as escolas públicas rurais de educação básica recebem também uma parcela suplementar, de 50% do valor do repasse. As escolas

urbanas de ensino fundamental que cumpriram as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipuladas para 2009 também recebem essa parcela suplementar.

Também são destinados recursos às escolas privadas de educação especial o qual deve ser usado da mesma maneira que nas escolas públicas. Para conhecer as equações de cálculo dos valores repassados a essas escolas, acesse a Resolução nº 3/2010 do FNDE.

As escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal devem realizar e encaminhar a prestação de contas dos recursos que lhes foram transferidos para as prefeituras ou secretarias de educação dos estados ou do Distrito Federal, conforme sua vinculação. Para prestar conta, a unidade escolar deve apresentar à entidade competente, no caso, às prefeituras ou secretarias de educação, a documentação adequada, sobretudo os balanços financeiro e orçamentário.

De acordo com a Constituição Federal, toda pessoa física ou entidade pública que utilize, guarde, gerencie ou administre dinheiros, valores e bens públicos deverão prestar contas (art. 70, parágrafo único). O conselho escolar deve definir o plano de aplicação da escola, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos pela gestão da escola. Esse processo poderá resultar numa melhoria do uso dos recursos, bem como em um canal de efetiva participação de todos os segmentos no uso de recursos na escola. Após recebimento da prestação de contas, as prefeituras e secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal devem: a) analisar as prestações de contas recebidas das unidades executoras de suas escolas; b) prestar contas ao FNDE dos recursos recebidos para atendimento às escolas que não possuem unidades executoras próprias; c) consolidar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas recebidas de suas escolas, para encaminhamento ao FNDE, até 28 de fevereiro do ano subsequente ao do repasse.

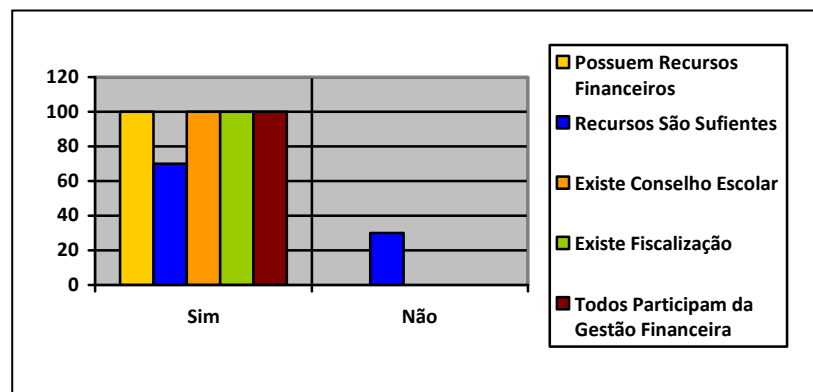
A CF de (1988) estabelece a gestão democrática como um dos princípios necessários para se ministrar a educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (1996) regulamenta o texto constitucional, enfatizando o direito e o dever de participação de todos que atuam nos sistemas de ensino. Ao gestor escolar compete liderar e organizar o trabalho de toda a equipe gestora, docentes e demais

profissionais da educação, para superação dos obstáculos e desafios em busca da elevação da qualidade dos serviços prestados pela escola. Nesse sentido o gestor precisa compreender os diferentes aspectos que envolvem a educação como a legislação vigente; os princípios e as diretrizes da educação nacional; os objetivos e as metas da educação para o país, estado, município e unidade escolar; a organização curricular das diferentes modalidades de ensino; as demandas sociais; as fontes de recursos e formas de utilização entre outros.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

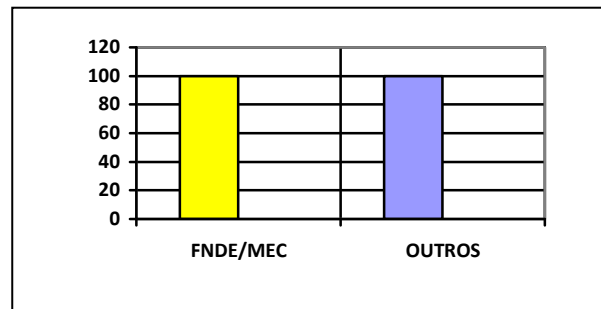
No município de Sousa/PB, está instalada a 10ª Gerência Regional de Educação que gerencia trinta (30) escolas estaduais, e, em de Sousa (Sede) há 12 (doze) unidades escolares estaduais os quais foram objeto desta pesquisa, apontando os resultados mencionados conforme figuras.

Gráfico 1- Verificação da Existência de Recursos Financeiros



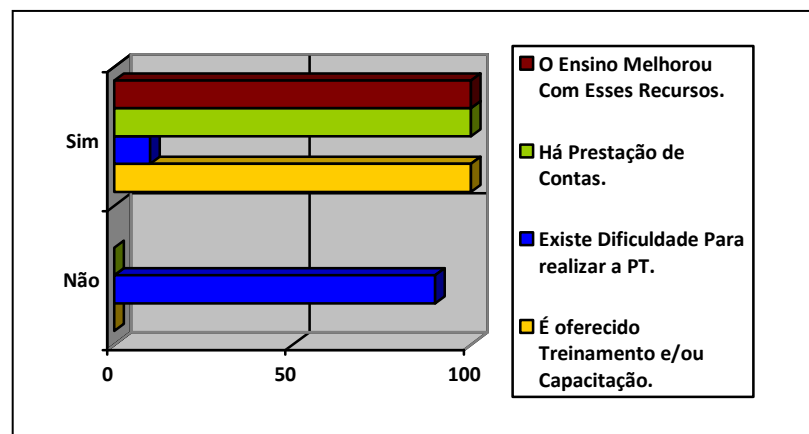
Fonte: Pesquisa Direta, GEORGE MARQUES.

Conforme pesquisa, o gráfico 1 revela que (100%) das unidades escolares estaduais do município dispõe de recursos financeiros onde (70%) afirmam que os recursos são suficientes e (30%) não, também se confirma que (100%) dessas escolas possuem conselho escolar, cujo mesmo tem forte atuação e que todos pertencentes a comunidade escolar opinam e decidem no controle dos gastos.

Gráfico 2 - Origem dos Recursos

Fonte: Pesquisa Direta, GEORGE MARQUES.

De acordo com o gráfico 2, os dados demonstraram que (100%) das unidades escolares recebem recursos oriundos do FNDE/MEC, e também recebem recursos de origem dos programas do Governo do Estado da Paraíba.

Gráfico 3 - Qualidade dos Serviços Prestados

Fonte: Pesquisa Direta, GEORGE MARQUES.

Os dados expostos no gráfico 3 referem-se à prestação de serviços onde (100%) das unidades escolares afirmam que a qualidade do ensino melhorou, (100%) realizam a prestação de contas em tempo hábil, onde (80%) não encontram dificuldade em realiza-la, mas (20%) tem dificuldade por não disporem de profissionais capacitados, apesar de a 10ª Gerência Regional (órgão controlador dessas unidades de ensino), oferecer anualmente capacitação para os servidores técnicos nas secretarias escolares.

SERVIÇOS REALIZADOS E BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PDDE.



As figuras 1 e 2 representam os bens não duráveis (itens pedagógicos e esportivos), a figura 3 indica uma reforma realizada na estrutura física escolar onde as três figuras são classificadas como itens de custeio. Já na figura 4 é indicada aquisição de bens duráveis (material permanente), classificados como item de capital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se nesse estudo que para se obter conhecimento quanto a gestão democrática e administração de recursos públicos é necessário um estudo e acompanhamento, do objeto de pesquisa. Os gestores devem elaborar planos, executá-los e deter de controle sobre as despesas a fim de realizar prestação de contas transparente e equilibrada.

O conteúdo abordado é fundamental para uma gestão financeira organizada, o gestor deve ter uma visão comprometida e conhecedora de procedimentos eficazes, como: o posicionamento da escola no sistema de ensino; os princípios básicos da administração pública; as fontes de financiamento da educação básica; as etapas da gestão financeira (planejamento) e também, abrir-se a outras possibilidades para arrecadação de recursos financeiros por meio das parcerias que a escola pode estabelecer. Dessa forma, o gestor, estará atuando com competência e proporcionará um ensino de qualidade com transparência e compromisso.

Desta feita, vale salientar que as unidades de ensino têm envolvimento tanto com a comunidade, conselho escolar e participação de todo corpo discente e docente, o que torna o ato de gerir os recursos totalmente democrático e legal. É certo que existem dificuldades, mas a participação efetiva de todos vai de encontro à melhor forma de solucionar os problemas. As unidades escolares atualmente são contempladas com diversos programas federais e/ou estaduais o que facilita a gestão na busca pela excelência no atendimento ao educando, e, de modo geral os recursos são suficientes para suprir as necessidades básicas, no entanto, os gestores escolares sentem que esses recursos deveriam ser maiores pelo fato da manutenção da estrutura escolar e equipamento permanente deter de custo muito alto, despesa esta que por muitas vezes esgota recurso escolar sem que os outros serviços sejam prestados.

Em conclusão, é necessário que haja uma gestão participativa na unidade escolar vista numa perspectiva democrática, onde apresente características próprias que dependem de fatores internos e externos para sua efetivação. É muito importante a participação e o comprometimento de toda equipe escolar e das pessoas da comunidade, para a construção de propostas coletivas com o objetivo de melhorar o ensino escolas.

Também deve ser mencionado que em alguns casos mesmo a escola dispondo de recursos financeiros enviados do FNDE/MEC e auxílio do Governo Estadual, há uma carência muito grande de profissionais qualificados ou até mesmo gestores que realmente se comprometam com o efetivo empenho na busca pela excelência em educação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 939496 de 20/12/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, acesso em 30 out. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 – Disponível em:** https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI, acesso em: 30 out. 2014.

(BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares**. DOURADO, L. F. Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília, 2006).

CURY, C.R.J. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos Declaração de Nova Dehli, 6 de dezembro de 1993**. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1218/1/CT_GPM_I_2011_82.PDF Acesso em: 04 out. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>, acesso em: 31 out. 2014.

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. Programa FUNDESCOLA: concepções, objetivos, componentes e abrangência; a perspectiva da melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. In: FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: UCG, 2004b.

LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar, políticas estrutura e organização** - São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação: Selma Garrido Pimenta).

MEC, FNDE – Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>, acesso em 07 out. 2014.

MEC, FNDE – Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>, acesso em 18 out. 2014.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **A aplicação de recursos financeiros em educação**. *Cad. Pesqui.* 1991.

MENDES, Francisco Coelho e NUNES, Marisandra Neri. **Gestão escolar: análise do gerenciamento de recursos em universidades do RJ**. Disponível em:

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/franciscocoelhoemendesmarisandranunes.pdf>> acesso em: 31 out. 2014.

RODRIGUEZ, Alícia Freijo e ALVES, Oneide Ferraz. **Gestão Democrática da Unidade Escolar** – Manual Paraíba Faz Educação 2014.